



**BALANÇO** No Ministério de Minas e Energia, Fernando Filho (MDB), que deixa cargo quinta, estabeleceu as bases para investimento privado

# Retomada da privatização

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (MDB), deixa o cargo nesta quinta-feira para concorrer a reeleição como deputado federal. Ele passou 23 meses à frente da pasta formada por setores que passaram por muitas mudanças nos últimos anos, como o de energia elétrica e o de petróleo e gás. Um dos marcos da sua gestão foi a retomada das privatizações no setor elétrico, com inclusão de dois grupos completamente diferentes de empresas dentro da própria Eletrobras e a volta das concessões de exploração de petróleo. No caso das elétricas, o grupo é formado pelas distribuidoras de energia de alguns Estados, mal administradas por muitos anos, apresentando grandes déficits consecutivos. O outro é formado pela holding Eletrobras e suas principais subsidiárias, como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Furnas.

A privatização desse último grupo (a Eletrobras e algumas das suas subsidiárias) é um dos projetos mais importantes da gestão do atual ministro. E é justamente esse processo que está mais complicado.

O projeto de lei de privatização da Eletrobras (de nº 94.63) está tramitando na Câmara de Deputados e encontra resistência de uma parte da classe política, principalmente num ano eleitoral. Há frentes de parlamentares instaladas na Câmara contra a privatização de Furnas e da Chesf. A expectativa do governo é de que o projeto de lei seja aprovado até o começo de junho pelo Congresso Nacional.

Chesf e Furnas tiveram quedas drásticas nas suas receitas devido à lei 12.783, de janeiro de 2013, assinada pela presidente Dilma Rousseff (PT). A queda de receitas é um dos problemas das duas estatais e também impactou a dona delas, a Eletrobras. O projeto de privatização delas também passa por quem será o novo ministro da pasta. Se o presidente Michel Temer (MDB) escolher alguém contrário à privatização, a equipe de técnicos que ajudou a formatar a privatização da Eletrobras vai pedir demissão, segundo informações do mercado. Isso incluiria o atual secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa, e o atual presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior.

“É natural que o meu nome seja lembrado para o ministério, mas é uma decisão que cabe ao Temer”, disse Paulo Pedrosa, em entrevista ao JC. Ele é um dos mentores do projeto de privatização da Eletrobras, tendo uma experiência de 30 anos no setor elétrico

e passado por várias empresas e até pela Agência Nacional de Energia Elétrica. “Não conhecia Fernando Filho antes de chegar ao ministério, mas ele tem uma visão estratégica”, conta Pedrosa.

A montagem da equipe do atual ministro foi elogiada por pelo menos três executivos diferentes que atuam em áreas ligadas ao MME. “Fernando conseguiu montar uma boa equipe, tem uma capacidade de formulação e de gestão positivas. E também entusiasmo para ouvir sugestões”, conta o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindacúcar-PE), Renato Cunha.

Na área de combustíveis renováveis, o ministério transformou em lei, no final de 2017, o RenovaBio, um programa que promete dar um grande fôlego na produção do etanol a longo prazo. “Foi uma surpresa, porque é um político muito jovem e sem afinidade com a área. Ele se revelou com uma capacidade extraordinária de liderar com sucesso uma transformação do setor elétrico que estava numa trajetória muito negativa por causa das inconsistências que se mostraram inadequadas na Lei 12.783. Ele ouviu antes de agir. Na MP 579 (que resultou na Lei 12.783), o governo federal baixou as medidas sem falar com ninguém”, lembra o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales.

Segundo Cláudio, as três principais contribuições do ministro à frente do cargo foram: o diálogo com os agentes do setor, uma equipe técnica de competência reconhecida e a criação de um conjunto de princípios que devem ser observados nas iniciativas do setor elétrico. Esses princípios fazem parte da consulta pública nº 33, formatados em um projeto que tramita na Câmara dos Deputados e que podem virar lei.

As sinalizações teriam feito os empresários voltarem a investir. “Desde o final de 2016 que os leilões para geração e transmissão passaram a ter empresas interessadas”, conclui Sales, argumentando que no último leilão de linha de transmissão ocorreu um deságio de 50% no preço orçado como o teto para a prestação daquele serviço. A longo prazo, seria algo positivo, porque o serviço será pago por um valor menor por todos os consumidores brasileiros.

Somente os leilões realizados em 2017 para a expansão da transmissão e geração de energia vão gerar investimentos privados de cerca de R\$ 40 bilhões nos próximos cinco anos, segundo informações da assessoria do Ministério de Minas e Energia.



Entrevista Fernando Coelho Filho

## “Lançamos as diretrizes”

**JORNAL DO COMMERCIO - O Sr. já disse que está voltando ao Congresso para dar fôlego a esse projeto de lei que trata da privatização da Eletrobras. A gente está vendo um Congresso já meio esvaziado, houve dificuldade até de instalar a comissão que vai cuidar da tramitação desse projeto na Câmara dos Deputados. Qual a expectativa?**

**FERNANDO COELHO FILHO -** Vou apoiar esse projeto na Câmara. Tenho conversado com o relator do projeto, (o deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ)), os ministros da articulação política para estar mais vigilante. No começo do ano, a instalação da comissão leva esse tempo. O presidente da Câmara e o relator do projeto reafirmaram o compromisso de a Câmara votar o projeto em abril e ter o mês de maio para os debates no Senado. Vamos trabalhar para

O ministro Fernando Coelho Filho (MDB-PE) deixa o cargo na próxima quinta-feira para tentar a reeleição como deputado federal, função que já exerceu por três mandatos. No último dia 26, veio ao Recife e fez um ligeiro balanço da sua gestão à frente do Ministério de Minas e Energia (MME).

termos da lei aprovada no Congresso,

ainda este ano.

**JC - E por que atrasou?**  
**FILHO -** Não atrasou. Sabíamos que esse projeto ia enfrentar resistências. A nossa previsão para a aprovação do projeto de lei continua sendo a do primeiro semestre deste ano.

**JC - Na sua opinião, qual a iniciativa mais importante que o Sr. implantou à frente do ministério?**

**FILHO -** O mais importante foi o relacionamento com as pessoas que dialogam com o ministério. Na semana retrasada, lançamos a política e as diretrizes do Ministério de Minas e Energia. Depois disso, se o ministério quiser tomar uma iniciativa, terá que realizar uma consulta pública, fazer um debate, entre outras coisas. Esse é o maior legado, o que fica. Foram criados procedimentos no relacionamento com os agentes, sejam empresas ou

e ter o mês de maio para os debates no Senado. Vamos trabalhar para conseguir essa data.

### JC – E qual a previsão da privatização da Eletrobras?

**FILHO** – Se o projeto for aprovado no Congresso no final do mês de maio ou começo de junho, pode ser realizada uma assembleia dos acionistas da Eletrobras que aceite os

termos da lei aprovada no Congresso, no final de junho ou começo de julho. A partir daí, a empresa já tem o aceite da lei aprovada. E aí será realizada a emissão de ações no mercado de capitais. É difícil saber hoje a melhor data da emissão, porque isso vai depender de quando for realizada a assembleia. A nossa expectativa é de que isso ocorra

procedimentos no relacionamento com os agentes, sejam empresas ou associações que dialogam com o setor energético e mineral do País. Fizemos várias regulações, melhoramentos, criação da Agência Nacional de Mineração, o Gás Pra Crescer, o RenovaBio... Mas a melhor iniciativa foi a criação de procedimentos das entidades que dialogam com o ministério.

ARTES J

## ● Principais realizações de Fernando Filho

### Mineração

- No final de 2017, criou a Agência Nacional de Mineração (ANM). A agência fará a regulação, a gestão e a fiscalização das atividades minerárias para o melhor aproveitamento do potencial dos recursos da União
- Modernizou o Código Mineral Brasileiro



### Biocombustíveis

- Em março último, o Brasil passou a usar o B-10, o diesel que tem 10% de biodiesel. Inicialmente, o B-10 seria utilizado a partir de março de 2019. Beneficiou os produtores de soja - a principal matéria-prima do biodiesel no País - e vai contribuir para reduzir as importações de diesel
- A Lei do RenovaBio entrou em vigor no final de 2017. O programa vai beneficiar os produtores de biocombustíveis - principalmente o setor sucroalcooleiro - e estimular a produção de biogás pelos aterros sanitários, reduzindo as emissões de gases causadores do efeito estufa



### Petróleo e gás

- Em janeiro de 2018, voltaram a ser assinados contratos de exploração de petróleo com diversos consórcios privados, além dos liderados pela própria Petrobras
- Gás para Crescer é um projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, que visa modernizar essa indústria
- Foi lançado o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás em Áreas Terrestres (Reate) para estimular a produção de petróleo em áreas terrestres



### Energia Elétrica

- A mudança de gestão na Chesf com o objetivo de superar atrasos de obras em andamento
- No final de 2016, foi realizado o leilão da Celg-D, a distribuidora de energia de Goiás, comprada pela empresa italiana Enel. Serão leiloadas mais seis distribuidoras do Nordeste que fazem parte da Eletrobras
- Concluiu o leilão das usinas hidrelétricas operadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)
- Iniciou a privatização da Eletrobras - que inclui a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) - na qual está prevista a venda de ações primárias da holding. Quando a operação ocorrer, a União passará a ter menos que 50% das ações da estatal



Fonte: Ministério de Minas e Energia

SERGIO BERNARDO/JC IMAGEM

EDI PEREIRA/DIVULGAÇÃO



“Fernando (Filho) conseguiu montar uma boa equipe, tem uma capacidade de formulação e de gestão positivas. E também entusiasmo para ouvir sugestões”, conta o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha

“Ele se revelou com uma capacidade extraordinária de liderar com sucesso uma transformação do setor elétrico, que estava numa trajetória muito negativa por causa das inconsistências que se mostraram inadequadas na Lei 12.783”, diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales